

## Extensão e Comunicação Rural

# Configuração da orientação técnica no estado do Rio Grande do Sul: um comparativo dos censos de 2006 e 2017

Configuration of the technical orientation in the state of Rio Grande do Sul: a comparison of the 2006 and 2017 census

Simone Bueno Camara<sup>1</sup> , Mariele Boscardin<sup>1</sup> , Alisson Vicente Zarnott<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

## RESUMO

As empresas de orientação técnica apresentam diferentes formatos, desde as governamentais, das cooperativas e até mesmo dos próprios agricultores. Os censos agropecuários neste sentido desempenham um importante papel no contexto de mapear os estabelecimentos que recebem ou não algum tipo de orientação técnica. Este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente as configurações de orientação técnica no estado do Rio Grande do Sul entre os censos de 2006 e 2017, utilizando como recorte as mesorregiões geográficas. A mesorregião que mais apresenta estabelecimentos agropecuários recebendo algum tipo de orientação técnica é a Noroeste (23,13%), a qual apresenta característica de ser uma das que mais possui municípios, os quais são majoritariamente familiares. A mesorregião que menos possui é a Sudoeste (2,15%), sendo a que dispõe de estabelecimentos agropecuários maiores e sistema produtivos de pecuária e grãos. Em larga medida, as dinâmicas produtivas estão interligadas ao tipo majoritário de orientação técnica recebida. Regiões litorâneas em larga medida estão desassistidas, sendo que em alguns municípios começou a ter presença no censo de 2017 de assistência técnica dos próprios agricultores. A assistência técnica de origem governamental teve uma diminuição em diversas regiões, em contrapartida, assistência própria e de cooperativas ganhou espaço. Apesar de haver um pluralismo de orientação técnica, elas não necessariamente coexistem, estando pulverizadas conforme as dinâmicas territoriais e mesmo assim, mais de 50% dos estabelecimentos do estado não recebem nenhum tipo de orientação técnica.

**Palavras-chave:** Agricultores; Assistência Técnica; Produções; Censo Agropecuário

## ABSTRACT

---

Technically oriented companies have different formats, from government, cooperatives and even farmers themselves. In this sense, agricultural censuses play an important role in the context of mapping establishments that receive or do not receive some type of technical guidance. Thus, this work aims to analyze the configurations of technical guidance comparatively from the 2006 and 2017 censuses in the state of Rio Grande do Sul. The analyzes are carried out through descriptive statistics. The mesoregion with the most agricultural establishments receiving some type of technical guidance is the Northwest (23.13%), which has the characteristic of being one of those with the most municipalities, which are mostly family-owned. The mesoregion that has the least is the Southwest (2.15%), which has larger agricultural establishments and livestock and grain production systems. To a large extent, the productive dynamics are linked to the majority type of technical guidance received. Coastal regions are largely unattended, and in some municipalities, it began to have a presence in the 2017 census of technical assistance from farmers themselves. The technical assistance of governmental origin had a decrease in several regions, on the other hand, own assistance and of cooperatives gained space. Although there is a pluralism of technical orientation, they do not necessarily coexist, being dispersed according to territorial dynamics, and even so, more than 50% of establishments in the state do not receive any type of technical orientation.

**Keywords:** Farmers; Technical Assistance; Productions; Agricultural Census

## 1 INTRODUÇÃO

Uma importante interface de estudos que permeia os debates em torno da assistência técnica e da extensão rural refere-se aos impactos destes serviços para os produtores rurais, sobretudo no que se refere à questão da renda. Em relação a estas questões, Braga e Futema (2015) problematizam que no Brasil, estes serviços variam, ora mais focados na extensão rural, ora na assistência técnica. Para as autoras, embora os termos atualmente se confundam, é possível fazer uma diferenciação entre eles, sendo as conotações educacionais e comunicativas mais presentes na extensão rural. Já a assistência técnica, se limita a transmissão de conhecimentos técnicos pontuais, sem que haja processos participativos e educacionais (Braga; Futema, 2015).

A este respeito, Rocha Junior. *et al.* (2020), salientam que a provisão pública da assistência técnica e extensão rural (ATER) somada a políticas de acesso ao crédito rural são de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e a

segurança alimentar do país. Esta associação entre, crédito e assistência rural, segundo Peixoto (2008) decorre com a finalidade de elaboração de projetos técnicos para a obtenção de crédito pelos produtores junto às instituições financeiras.

Neste sentido, Wordofa (2019) destaca que o sistema de extensão agrícola é uma das instituições-chave que contribuem para o aumento da produtividade agrícola e para a redução da pobreza. Para o autor, o sistema de extensão é responsável pela adoção em grande escala de tecnologias agrícolas aprimoradas e melhores práticas pelos pequenos agricultores.

No contexto brasileiro, Rocha Junior *et al.* (2020), ao avaliarem o efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda mensal dos agricultores familiares brasileiros, constataram que houve um acréscimo estatisticamente significativo na renda dos agricultores atendidos, o que evidencia a efetividade das ações de ATER enquanto instrumento de geração de renda.

Além disso, a análise permitiu inferir que o acréscimo de renda mensal total para os agricultores familiares, devido às ações de ATER, foi estatisticamente superior ao gasto anual do governo com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Estes resultados demonstraram que há uma forte evidência de que a atuação governamental por meio de programas de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares apresentam retornos econômicos positivos e superiores ao gasto realizado (Rocha Junior *et al.*, 2020).

Embora as próprias instituições tenham dificuldade de mensurar o impacto de suas ações, a contribuição delas para o desenvolvimento rural é de suma importância, conforma demonstram estudos citados anteriormente. Entretanto, essas contribuições têm sido limitadas por uma série de fatores, dentre eles, a questão de recursos e especialmente pelo fato de que a maior parte das instituições está preparada para desenvolver um trabalho agrícola e técnico, possuindo dificuldades para apoiar a diversidade de processos e atividades do meio rural brasileiro (FAO/MDA, 2003).

Em estudo realizado por FAO/MDA (2003), com o objetivo de identificar quais são as instituições públicas e privadas que trabalham com Ater no Brasil, os pesquisadores

constataram uma grande diversidade de atores institucionais realizando Ater no país, gerando uma riqueza enorme de experiências e possibilidades. Na pesquisa foram identificadas e agrupadas em 11 categorias, sendo elas: Governamentais de Ater; Prefeituras; ONGs; Representativas; Prestadoras de Serviços; Cooperativas de Produção; Ensino e Pesquisa; Cooperativas de Crédito; Agroindústria; outras públicas; e Sistema S.

Entretanto, a pesquisa apontou que por maior que sejam os esforços eles não estão sendo suficientes, e a maioria dos agricultores não está sendo atendida, especialmente nas regiões norte e nordeste. Além disso, justamente os agricultores mais pobres, e que mais precisam desses serviços, são os mais desassistidos. A pesquisa apontou ainda para significativas diferenças regionais, e a ausência de Ater nas regiões menos desenvolvidas do país, que leva a um círculo vicioso, onde a falta de dinamismo da agricultura faz com que poucas instituições estejam presentes e, por sua vez, essa pouca presença é um dos entraves para que esse dinamismo seja estimulado (FAO/MDA, 2003).

Em se tratando destes aspectos, Baloch e Tapha (2019), destacam que essa vulnerabilidade dos agricultores mais desfavorecidos ocorre também em virtude de que, embora os serviços de extensão sejam disponibilizados, os agricultores consideram que não são muito úteis, pois os serviços são concebidos sem a devida consideração de suas especificidades.

As discussões em torno dos atores institucionais responsáveis pela assistência técnica e extensão rural tem chamado a atenção para a diversidade de agentes públicos e privados que contribuem para os processos de desenvolvimento agrícola e rural (Lisboa *et al.*, 2012). A respeito disso, Wordofa (2019) aponta que os serviços de extensão agrícola foram objeto de reforma, cujo objetivo consistia em torná-los “pluralistas” e eficazes para atender às necessidades e prioridades diversificadas dos pequenos agricultores.

No contexto brasileiro, as modificações ocorridas na história da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) resultaram em uma diversidade de prestadores de

serviço, com formas de atuação diferenciadas (Braga; Futema, 2015). Essas distintas entidades atuam concomitantemente nas diferentes regiões do país, porém com públicos alvo e objetivos distintos (Peixoto, 2008).

Ainda em relação a isso, Baloch e Tapha (2019), em estudo realizado no Paquistão comentam que a maioria dos serviços de assessoria de extensão são fornecidos pelo setor privado, substituindo efetivamente os serviços públicos. Como resultado, os agricultores parecem confiar mais no setor privado do que nos serviços públicos de extensão.

Para Nettle *et al.* (2021) a privatização dos serviços de consultoria e extensão agrícola e o pluralismo associado de prestadores de serviços renovou o interesse no uso de consultores pagos por agricultores. Entretanto, os autores ressaltam ainda que com a privatização, surgiram preocupações de que os agricultores podem ser excluídos de receber apoio de gestão agrícola devido à incapacidade de pagar por consultorias privadas, conseqüentemente, estes agricultores irão depender de fornecedores de insumos agrícolas comerciais que fornecem serviços de gestão agrícola de forma “gratuita” (Nettle *et al.*, 2021).

A respeito deste pluralismo institucional no que concerne à origem da orientação técnica recebida por parte dos produtores rurais, Lisboa *et al.* (2012) comentam que embora se reconheça que outros agentes vêm ganhando importância na promoção do desenvolvimento no meio rural, há dificuldades de estimar, com precisão, suas participações. Neste sentido, o Censo Agropecuário, representa uma importante ferramenta metodológica, na medida em que, a partir de 2006, inclui-se a variável “origem da orientação técnica” acessada nos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Censo Agropecuário de 2006 adotou as seguintes categorias de fornecedores de orientação técnica especializada a fim de mensurar o acesso a estes tipos de serviços entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros: Governos (federal, estadual ou municipal); Própria ou do próprio produtor; Cooperativas; Empresas integradoras; Empresas

privadas de planejamento; Organização não governamental ONG. Com a realização do Censo Agropecuário de 2017, incluiu-se uma nova categoria: o Sistema S.

Neste estudo, pretende-se avançar na compreensão da configuração institucional da extensão rural no estado do Rio Grande do Sul dada a diversidade produtiva, econômica e cultural que se faz presente neste espaço. Além disso, comparativamente a outras regiões do país, Pereira e Castro (2020) demonstram que na região Sul concentra-se a maior proporção de estabelecimentos recebendo algum tipo de orientação técnica.

Visto a amplitude temporal que compreendem ambos os censos, e principalmente as mudanças que estão imbricadas neste espaço, este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente as configurações de orientação técnica no estado do Rio Grande do Sul entre os censos de 2006 e 2017, utilizando como recorte as mesorregiões geográficas.

Para além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. Na primeira seção descrevemos os procedimentos metodológicos empregados na realização desta pesquisa. Na terceira seção, apresentamos a sistematização dos dados dos Censos Agropecuários que permitem uma contextualização dos resultados. Concluindo, destacamos as considerações finais.

## **2 MÉTODO**

O principal método utilizado para desenvolvimento do presente estudo tem caráter descritivo exploratório, possibilitando as investigações e análises propostas pelos objetivos iniciais. Desta forma, foi realizada uma análise interpretativa de dados secundários obtidos por meio do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, acerca da “Origem da Orientação Técnica Recebida” no estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se que os Censos Agropecuários, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm exercido um papel muito importante para compreender as características socioeconômicas, ambientais e produtivas da

agricultura brasileira. Todos os dados secundários referentes aos Censos estão disponíveis no Banco de Dados Agregados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA).

As variáveis selecionadas para tal análise estão descritas no Quadro 01, agrupadas em categorias analíticas.

Quadro 1 – Tipologia de fornecedores de orientação técnica especializada adotada no Censo Agropecuário de 2006 e 2017

Variáveis	
Origem da orientação técnica	Responsáveis por prestar a orientação técnica
a) Governo (federal, estadual ou municipal).	Embrapa, Universidades, Secretarias de Agricultura, Empresas de Extensão Rural como Emater, Empaer, Epagri, Casa da Agricultura e outras;
b) Própria ou do próprio produtor	Técnico, pessoa física ou consultor, contratado pelo produtor ou quando a pessoa que administra o estabelecimento, produtor ou administrador, possuir habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento;
c) Cooperativas	Técnicos habilitados de cooperativas, desde que o produtor não tivesse contrato de integração com os mesmos;
d) Empresas integradoras	Técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tivesse contrato de integração;
e) Empresas privadas de planejamento	Técnicos de empresas contratadas pelo produtor;
f) Organização não-governamental (ONG)	Técnicos de organizações não governamentais.
g) Sistema S	Senar, Sebrae.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE e em Lisboa *et al.* (2012)

A partir da extração dos dados da plataforma, a análise e sistematização das informações foram divididas em três etapas. 1) Na primeira etapa foram mapeados dados de matrizes inseridos no SIDRA, que contemplavam a categoria 'origem de orientação técnica recebida'. 2) A partir da posse destes dados, a segunda etapa constituiu-se em uma sistematização e a tabulação dos dados usando-se o *software Microsoft Excel*. 3) Por fim, na terceira etapa, as informações foram submetidas a uma análise crítica e descritiva dos serviços de assistência técnica e extensão rural de maneira comparada pelos principais tipos.

Importante destacar que houve mudanças metodológicas instituídas no Censo 2017. De acordo com IBGE (2019), [A1] estas mudanças tiveram como intuito atender a padronização mundial de levantamentos de dados estruturais do setor agropecuário (censos agropecuários), possibilitando a futura comparação entre os dados amostrados em diferentes países.

Os dados apresentados no estudo são compostos pelos 496 (2006) e 497 (2017) municípios gaúchos, devido a emancipação de Pinto Bandeira no ano de 2013. Além disso, os municípios foram divididos pelas sete mesorregiões do Rio Grande do Sul (Nordeste; Noroeste; Centro Ocidental; Centro Oriental; Metropolitana; Sudoeste e Sudeste Rio-Grandense), as quais seguem a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006). Num segundo momento, são apresentados os dados através das representações gráficas geradas pelo DATASUS, a qual possibilita a análise e entendimento das informações (Silva, 2009).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Dada a diversidade de agentes, Braga e Futexma (2015) ressaltam que não é possível negligenciar a importância dos serviços de ATER fornecidos tanto por organizações da sociedade civil, a exemplo das cooperativas quanto por agências privadas. Entretanto, é importante destacar o papel do poder público em coordenar estas ações, pois esses serviços são considerados bens públicos de interesse coletivo (Braga; Futexma, 2015).

Em relação aos estabelecimentos, não recebem nenhum tipo de orientação técnica, Braga e Futexma (2015) destacam que as dificuldades de atuação da ATER pública, seja pela necessidade do técnico-extensionista desempenhar excessivas funções, ou ainda falta de infraestrutura e recursos, resultam em um grande número de agricultores, especialmente os familiares que ficam sem acesso aos seus serviços.

O Censo Agropecuário de 2017 aponta que, no Brasil somente 20,21% dos estabelecimentos recebem algum tipo de orientação técnica. Dentre as orientações

mais utilizadas estão as oferecidas pelos Governos (37,84%), do Próprio Agricultor (30,85%) e de Cooperativas (24,53%). Outros 79,79% dos estabelecimentos não recebem nenhum tipo de orientação técnica, o que sinaliza, segundo Peixoto (2022), a necessidade da rediscussão dos marcos legais que amparam os serviços de Ater, para que estes estabelecimentos recebam financiamento adequado. Ainda de acordo com o autor, este cenário é ainda mais preocupante nas regiões Norte e Nordeste onde, em alguns casos, esse percentual foi superior a 95% (Peixoto, 2022; Vargas; Aquino; Carvalho, 2022).

Ao analisar estas informações nos estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar, Silva, Gazolla e Oliveira. (2022) constataram que 62,86% dos estabelecimentos não receberam orientação. Dentro da minoria nacional que recebem algum tipo de orientação, os serviços ofertados pelos governos também são predominantes (Silva; Gazolla; Oliveira, 2022).

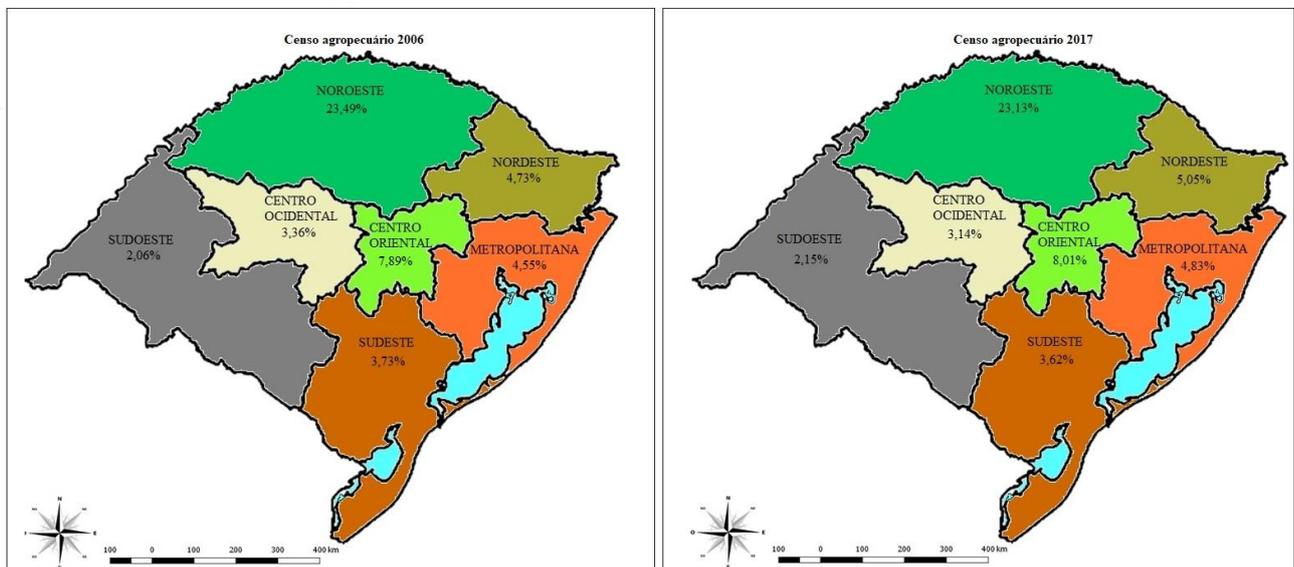
Outra informação importante é que, dos estabelecimentos que recebem algum tipo de orientação técnica no Brasil, 17,78% estão localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Particularmente no estado, em 2017, 49,93% dos estabelecimentos recebiam algum tipo de orientação técnica, sendo um percentual levemente superior se analisado comparativamente com 2006, que era de 49,82%.

Entretanto, quando analisado em números de estabelecimentos rurais, ocorreu uma diminuição de 76.378 até a realização do censo de 2017, logo, o aumento na taxa de cobertura pode ser explicado pelo desaparecimento dos estabelecimentos de menor escala e/ou mais empobrecidos e que não eram atendidos pelo serviço de ATER.

A figura abaixo esboça as mesorregiões que mais concentram estabelecimentos com recebimento de algum tipo de orientação técnica no Estado do Rio Grande do Sul.

Como já colocado, no RS a taxa de cobertura aumentou de 49,82 para 49,93%, no entanto, o Censo 2017 aponta que houve uma diminuição de 76.378 estabelecimentos atendidos, denotando os desaparecimentos de estabelecimentos que não recebiam ATER.

Figura 1 – Comparativo das mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul por percentual de recebimento de orientação técnica



Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base no censo agropecuário 2006 e 2017

A mesorregião noroeste é a que apresenta maior concentração de estabelecimentos com recebimento de orientação técnica, no entanto, a Região Noroeste também apresenta a maior concentração de estabelecimentos agropecuários do estado com 39,12%. Esta configuração está atrelada também às áreas serem compostas por pequenas e médias propriedades, com dinâmicas produtivas diversificadas, porém, dependentes do setor primário (Olalde; Haas, 2017).

Entre o censo de 2006 e o de 2017 a mesorregião apresentou uma diminuição de 0,36% na cobertura do serviço. A queda é agravada pelo fato de que nesta região ocorreu uma diminuição de aproximadamente 42.861 estabelecimentos rurais entre uma coleta e outra dos censos, passando de 185.702 para 142.841 estabelecimentos.

Outras duas regiões que juntas concentram em torno de 102.841 (28,16%) dos estabelecimentos são Centro Oriental (14,14%) e Metropolitana (14,01%). Em ambas, ocorreu um pequeno acréscimo de cobertura da assistência técnica. A região com menor cobertura de assistência é a região sudoeste em ambos os censos, com 2,06% e 2,15%, respectivamente. Esta região é também caracterizada por apresentar menor

número de estabelecimentos, 22.580 (6,18%) do estado, apresentando alto grau de urbanização (Olalde; Haas, 2017).

Em relação a origem da orientação técnica, à grosso modo, os dados censitários comparativamente retratam a diminuição da abrangência da orientação técnica governamental, sendo as regiões com maiores reduções a Sudoeste (9,59%), nordeste (7,85%) e noroeste (5,83%). Por sua vez, a orientação técnica provinda das empresas integradoras apresentou redução em quatro das sete mesorregiões do Rio Grande do Sul, sendo que a maior discrepância ocorreu na mesorregião centro-oriental, a qual teve aumento de 63,02% para 64,75% dos estabelecimentos, evidenciando alta concentração de produções integradas.

Outro dado revela que em seis das sete mesorregiões, as cooperativas apresentaram aumento em termos de abrangência, sendo a região centro ocidental passou de 34,60% para 46,58%, ficando atrás somente para região noroeste que em 2017 apresentou 47,86%. A região Sudoeste reduziu de 12,60 % para 9,27%. Nesta região a orientação técnica própria é a mais abrangente e entre os dois censos passou de 44,16 % para 57,70%. Esta dinâmica de aumento na orientação provinda do próprio agricultor ocorreu em todas as regiões, com aumentos mais expressivos nas regiões Nordeste e Noroeste, respectivamente (17,69% e 17,16%).

Em termos de cobertura de orientação técnica, a região noroeste possui 59,11% dos estabelecimentos atendidos, por outro lado, é a região que mais teve redução do número de estabelecimentos. Por sua vez, a região sudoeste que apresenta o menor número de estabelecimentos (22.580), apresenta o segundo menor percentual de cobertura (34,69%), ficando atrás somente da região metropolitana (34,50%).

Essas configurações como atesta Lisboa *et al.* (2012), estão associadas aos níveis de concentração fundiária e características agroecológicas. Uma das evidências dos autores com relação ao censo de 2006 é de regiões em que se apresenta condições favoráveis para intensificação agrícola, os índices de abrangência de extensão rural foram maiores, especialmente na mesorregião noroeste. No entanto, outra perspectiva que trata dos índices de modernização agrícola (IMA) apresenta a mesorregião

Sudoeste como a que possui o maior índice do estado, em larga medida, atrelado aos grandes centros de atividade agropecuária. A região metropolitana possui o segundo maior índice, sendo que apresenta complexo industrial ligado ao agronegócio (Pinto; Coronel, 2015).

Dentre as distintas formas de orientação técnica, a mais presente nos estabelecimentos é do Governo (32,12%), das Cooperativas (32,99%) e das Empresas Integradoras (28,82%). Sistema S e ONGs são as menos representativas com 0,48% e 0,23% respectivamente.

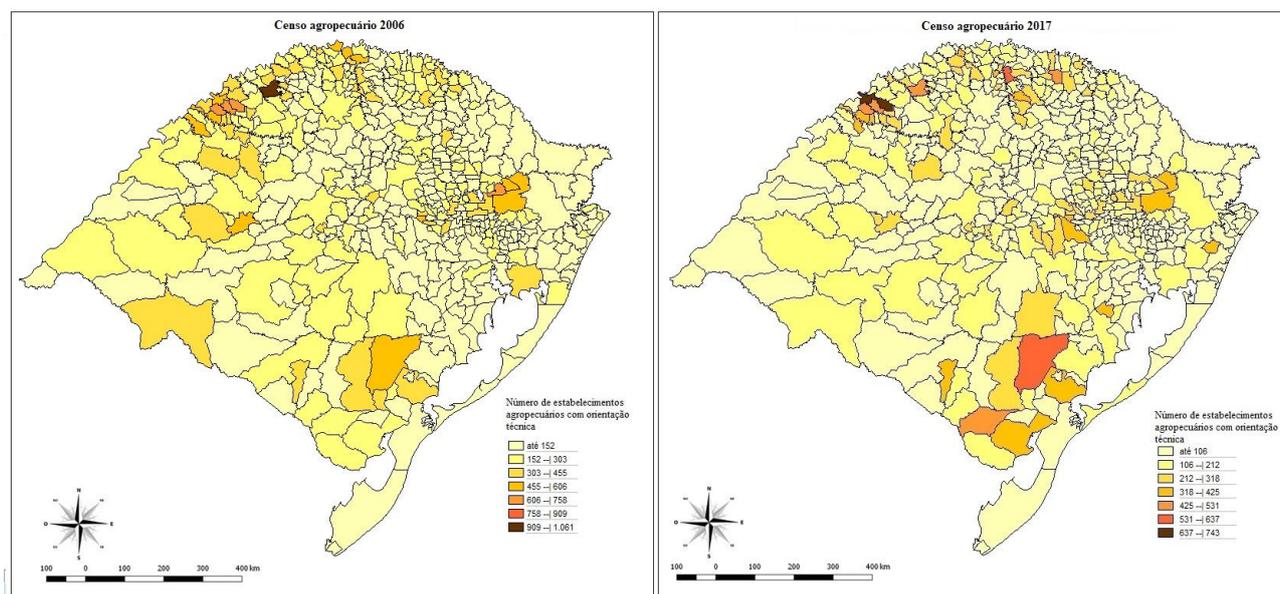
Ressalta-se que, devido às características de cada origem de orientação técnica, esta pode estar presente nos mesmos estabelecimentos. Neste sentido, apresenta-se, a seguir, uma análise mais detalhada das orientações técnicas mais representativas no estado do Rio Grande do Sul.

### **3.1 Orientação técnica governamental**

A orientação técnica de origem governamental é a que apresenta maior distribuição geográfica em comparação com as demais, representando 32,12% dos estabelecimentos do estado que recebem algum tipo de orientação técnica. Em 2006, 17,64% dos estabelecimentos totais do estado recebiam orientação técnica com origem governamental (IBGE, 2006; Lisboa *et al.*, 2012). No ano de 2017, esse percentual foi de 16,04%. Em números absolutos, isso representa 19.317 estabelecimentos que não têm cobertura desta assistência técnica. A figura (2) a seguir esboça a dinâmica espacial desta mudança entre um censo e outro.

A maior concentração encontra-se nas regiões noroeste e sudeste. Em relação a esta forma de orientação técnica, Lisboa *et al.* (2012) irão destacar que estes dados acabam contrariando o senso comum de que há uma alta capilaridade do sistema Emater/Ascar que cobre cerca de 97% dos municípios. Estas informações sugerem que a presença de escritórios municipais não repercute, necessariamente, em alto índice de cobertura no atendimento aos agricultores.

Figura 2 – Comparativo da abrangência de orientação técnica governamental do ano de 2006 e 2017 do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base no censo agropecuário 2006 e 2017

Em 2006 o município que possuía mais estabelecimentos com assistência técnica (977) era Três de Maio, o qual é majoritariamente formado por agricultores familiares (86,02%). No ano de 2017, essa dinâmica mudou, passando a ser o município de Cândido Godói com 743 estabelecimentos, os quais representam 72,90% dos estabelecimentos totais do município. Algumas iniciativas neste município estavam atreladas às ações de projetos como o ATER Agroecologia (Kieling; Deponti; Drumm, 2016).

Estes resultados dialogam sobre o desmantelamento de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, dentre elas, a de Assistência Técnica e Extensão Rural, de modo semelhante às demais políticas relacionadas à proposta de desenvolvimento rural sustentável e solidário. A esse respeito, Diesel *et al.*, (2021), destacam que estes processos de desmantelamento, também chamados de “desmonte/ desconstrução/ desestruturação”, estão associados ao fim dos governos progressistas. No caso brasileiro, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. A partir desta nova configuração política, o então já reduzido apoio governamental para implementação da PNATER foi ainda mais agravado.

Entretanto, os autores concluem que, a mensuração do grau deste possível desmantelamento caracterizado pela redução orçamentária do acesso e abrangência dos serviços públicos de Ater pela população rural, é dificultada pela escassez de informações precisas e confiáveis e excepcionalidade da conjuntura (pandemia do coronavírus), que afeta a dinâmica administrativa, política e social como um todo (DIESEL *et al.*, 2021)

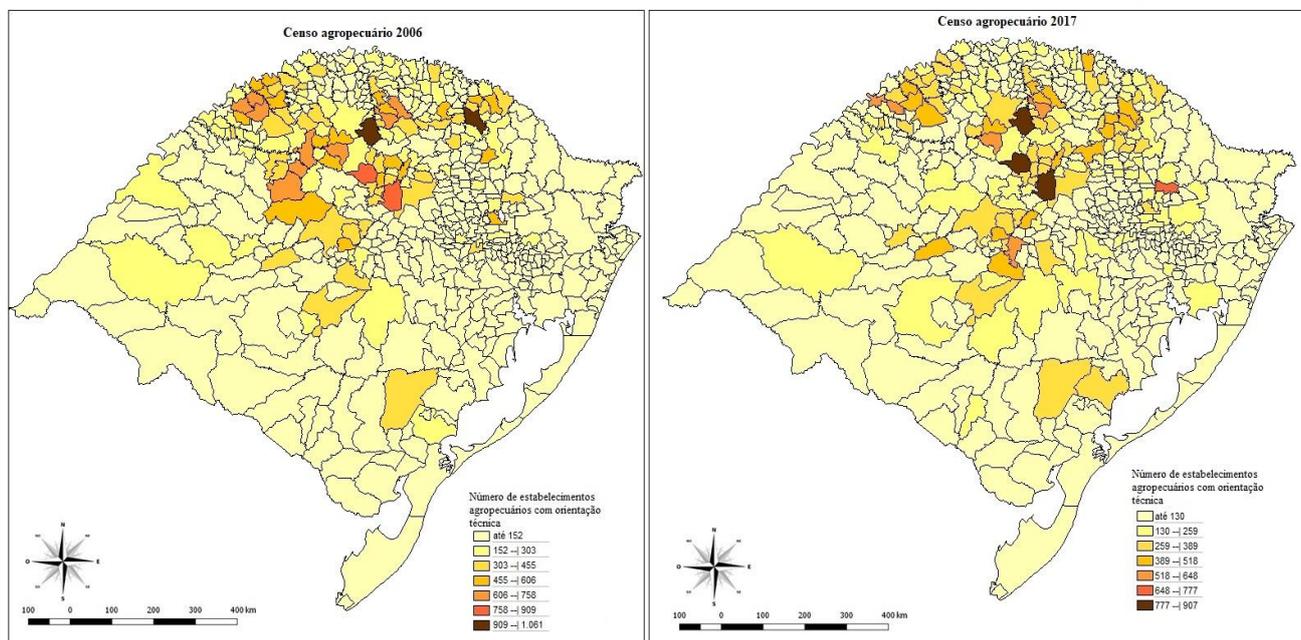
### **3.2 Orientação técnica cooperativa**

A orientação técnica por parte das cooperativas envolve diferentes tipos de produtores rurais e possui forte vínculo com a agricultura familiar (Johnston; Santana; Santos, 2020). Os autores apontam que a maior participação de estabelecimentos com produtores rurais associados às cooperativas foi no Rio Grande do Sul, com 39,3%, seguido de Santa Catarina e Paraná, ambos com 34,9%, conforme apontam dados do Censo. De acordo com Tomazzoni e Schneider (2022), a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários brasileiros associados às cooperativas são de agricultores familiares.

A figura 3 ilustra um comparativo na abrangência da orientação técnica cooperativa entre os censos agropecuários de 2006 e 2017.

A orientação técnica das cooperativas está presente com maior ênfase na região Noroeste. O município de Ibirubá é o município que mais apresenta concentração de estabelecimentos com orientação técnica. Além disso, dos 1213 estabelecimentos, 907 são através de cooperativas (74,77%). "Ibirubá é considerada a Terra do Cooperativismo". Possui a mais antiga cooperativa de produção do Brasil ainda em atividade, a Cotribá, que na sua criação há mais de 100 anos foi baseada no modelo alemão "*Genossenschaft*".

Figura 3 – Comparativo da abrangência de orientação técnica cooperativa do ano de 2006 e 2017 do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base no censo agropecuário 2006 e 2017

Ainda na região Noroeste, destaca-se o município de Chapada, que é o segundo município com 863 estabelecimentos recebendo orientação técnica de cooperativas (74,07%) de um total de 1165. Outro município que se destaca na presença de estabelecimentos que recebem assistência técnica de cooperativas é Antônio Prado, pertencente à região nordeste. Neste local, 667 estabelecimentos recebem orientação técnica de cooperativas dos 1036 que possui o que representa 64,37%. Esta região apresenta forte presença da fruticultura, sendo em torno de 59,36% da atividade econômica oriunda das produções permanentes.

Sarandi é o segundo município com abrangência de orientação técnica (10,93%). Esse fator é impulsionado, sobretudo, pelo fato de no município ser sede de uma Cooperativa Agrícola que mantém relações com diversas cadeias produtivas, principalmente grãos e leite. Esse aspecto é ressaltado quando mensurado o percentual de participação de orientação técnica recebida via cooperativas, o qual chega a 77,17%.

Para Castro (2015), essa maior cobertura é explicada em parte pelo fato de os agricultores associados serem produtores, e por isto, as cooperativas possuem corpo técnico especializado que oferecem serviços de assistência aos agricultores, seja nas produções de grãos como de animais. Pereira e Castro (2020) também explicam que o histórico de associativismo também tende a influenciar os resultados, principalmente quando se trata da região sul que têm grande presença na orientação técnica dos produtores. Mesmo assim, este tipo de orientação técnica teve redução entre os dois censos de aproximadamente 4,635 estabelecimentos.

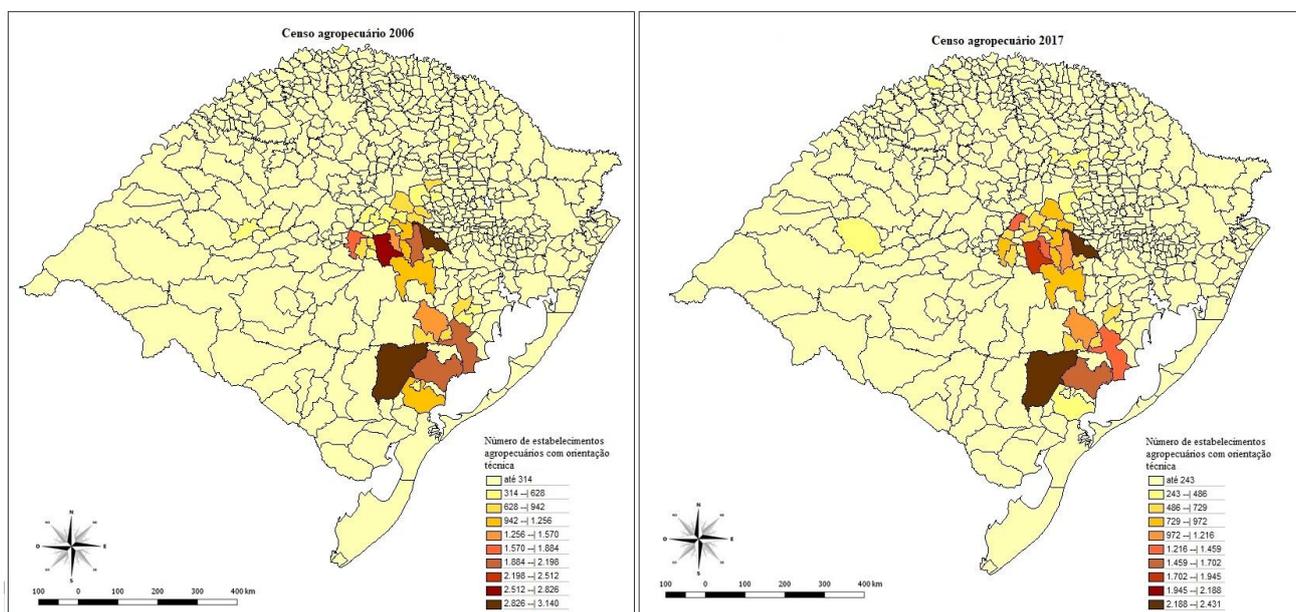
### **3.3 Orientação técnica empresas integradoras**

A integração de agricultores familiares à agroindústria teve início no Brasil, principalmente para a produção de suínos, aves e tabaco na região Sul do país, demonstrando a força destas entidades, cujas produções são altamente coordenadas verticalmente por estas empresas (Wilkinson, 2008).

A integração é uma estratégia das empresas que se baseia num contrato, no qual os agricultores integrados se comprometem a produzir certa quantidade de matéria-prima e a empresa integradora se compromete em comprar essa produção (Aquino, 2013). A figura 4 ilustra um comparativo da abrangência de orientação técnica de empresas integradoras entre os censos de 2006 e 2017, no estado do Rio Grande do Sul.

Dentre as regiões que possuem maior representatividade de orientação técnica recebida por parte de empresas integradas, destaca-se a região Centro Oriental e Metropolitana. Em ambos os censos, estas regiões permaneceram como as que concentram o recebimento deste tipo de orientação técnica. Em larga medida, são municípios do Vale do Rio Pardo, Centro-Sul e Sul, nas quais a produção agropecuária predominante é de fumo (Feix; Leusin Júnior; Agranonik, 2017) trabalhada por meio de empresas integradoras. Apesar da concentração nestas regiões, os estabelecimentos totais que recebiam também tiveram redução, passando de 59.781 para 52.534 no censo de 2017.

Figura 4 – Comparativo da abrangência de orientação técnica de empresas integradoras do ano de 2006 e 2017 do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base no censo agropecuário 2006 e 2017

O município de Canguçu é o que possui o maior número de estabelecimentos com este tipo de orientação técnica. No entanto, dados dos censos auferem que somente 42,24% dos estabelecimentos neste município tem acesso a algum tipo de assistência técnica. A agricultura familiar compõe em torno de 82,86% do total de estabelecimentos (8075) em 2017. Neste município também existe uma dinâmica produtiva diversa, tendo como principais culturas a de soja, de milho e do tabaco (Gomes, 2018).

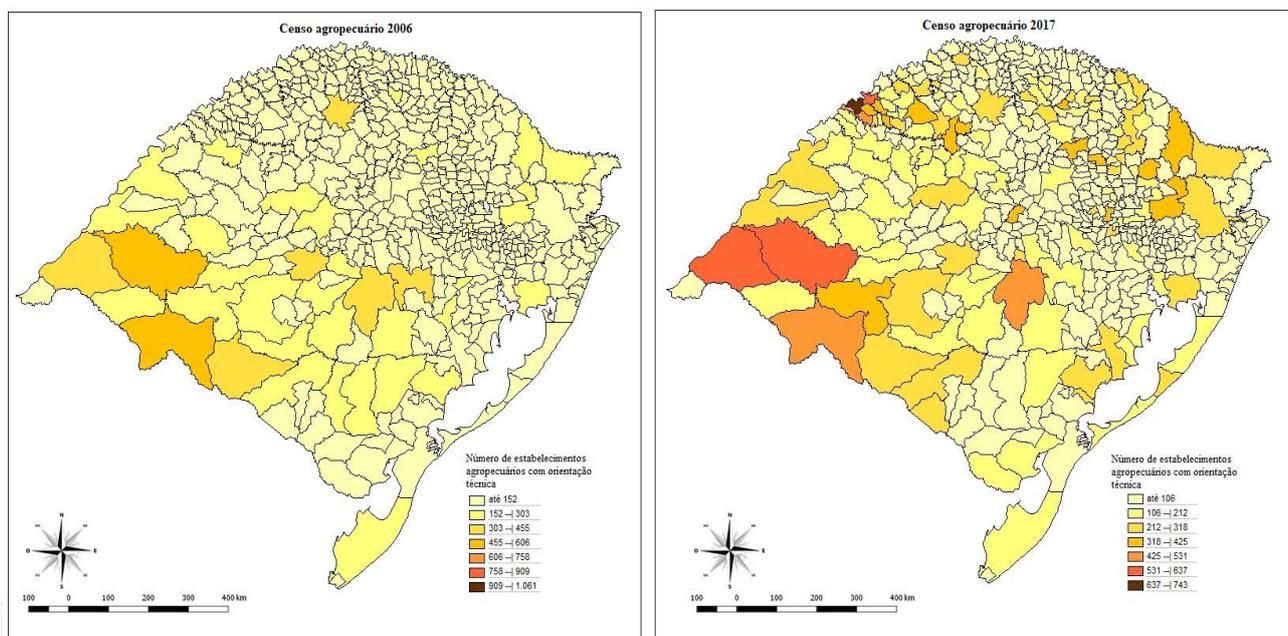
### 3.4 Orientação técnica própria

Na figura 5 são apresentadas informações referentes à orientação técnica própria ou do próprio produtor.

Comparativamente, observa-se um aumento e concentração da orientação técnica própria em 19.109 novos estabelecimentos. Está concentrada na região Sudoeste, mas, também se observa um aumento na mesorregião noroeste ao analisar

o censo de 2017. Na mesorregião Sudoeste observa-se a composição de estabelecimentos com número médio de hectares maiores em relação aos demais municípios, sendo desenvolvidas atividades de pecuária (IBGE, 2017). Outra mesorregião que apresenta concentração deste tipo de orientação técnica é a Sudeste, a qual apresenta altos níveis de concentração de renda (Pinto; Coronel, 2015), sendo que estas diferenças acabam por refletir também no tipo de assistência técnica predominante.

Figura 5 – Comparativo da abrangência de orientação técnica própria do ano de 2006 e 2017 do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base no censo agropecuário 2006 e 2017

Outra evidência destes desdobramentos (Figura 5) demonstra o avanço da sojicultura em áreas do bioma Pampa, as quais estão atreladas às vantagens econômicas desta atividade em comparação com outras atividades de pecuária ou mesmo de lavouras temporárias (Feix; Leusin Júnior, Agranonik, 2017). Os mesmos autores também colocam que nas mesorregiões Sudoeste e Sudeste, é visível à expansão da oferta de serviços especializados voltados à produção de grãos, assim

como, o comércio de insumos, máquinas e equipamentos. Essas atividades, à grosso modo, substituem áreas de pastagens e outras lavouras temporárias (Gomes, 2018).

Os dados censitários também revelam que municípios do litoral como Imbé, Xangri-Lá, Arroio do Sal, Capão da Canoa, entre outros, são desassistidos. No entanto, em 2017 apresentaram certa concentração de orientação técnica própria. Este tipo de orientação técnica passou de 11,68% de estabelecimentos que recebiam algum tipo de assistência em 2006, para 24,58% em 2017. Os municípios que concentram recebimento são Porto Xavier, Porto Lucena na mesorregião Noroeste, e Alegrete, Uruguaiana e Sant' Ana do Livramento pertencente a mesorregião Sudoeste.

Estes resultados podem estar atrelados a fatores como: maior escolarização dos agricultores, maior acesso a universidades, bem como colégios técnicos, além de uma maior disseminação dos meios de comunicação para as áreas rurais. Além disso, destaca-se o fato de que em muitas situações os filhos estão buscando formação em áreas ligadas ao rural e às Ciências Agrárias. Ou seja, as propriedades que possuem sucessores e que estão se mantendo no meio rural estão buscando adquirir maior conhecimento técnico.

Outro ponto importante de ser destacado em relação à presença de orientação técnica própria na região Sudoeste, refere-se ao fato que este local é caracterizado por propriedades que possuem maiores extensões de terra. A esse respeito, Ribeiro (2009) destaca que, nesta região, as agências de extensão governamentais fornecem apoio especialmente para as pequenas propriedades com áreas de terra menores.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existe um pluralismo de orientação técnica, mas elas não necessariamente coexistem. Elas estão pulverizadas. A dinâmica da abrangência de orientação técnica demonstra a uma tendência de êxodo rural, visto a grande diminuição de estabelecimentos rurais até o ano de 2017 e, por outro, a especialização na sojicultura. Estes desdobramentos também acarretam em larga medida, em redução da

abrangência da orientação técnica governamental na mesorregião noroeste e paralelamente, expansão da orientação própria.

Outra evidência em relação às atividades rurais é o fato de que estas se tornaram mais profissionalizadas. Os estabelecimentos que permanecem no meio rural buscam conhecimentos técnicos. A relação entre a abrangência de estabelecimentos que recebem orientação técnica e o número de hectares segue a mesma linearidade, sendo que acima de 1000 hectares todos recebem, concentrando-se na própria e das cooperativas.

Nesta mesma perspectiva, os estabelecimentos que não recebem nenhum tipo de orientação técnica estão em áreas menores, de dois hectares ou menos (acima de 82,26%). Estes resultados denotam que, possivelmente, os agricultores mais pobres e que precisam mais desses serviços são os que são mais desassistidos pelos serviços de assistência técnica.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## **REFERÊNCIAS**

AQUINO, S. L. Estratégias empresariais e efeitos locais: a integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.7, p. 158-197, 2013.

BALOGH, M. A.; THAPA, G.B. Review of the agricultural extension modes and services with the focus to Balochistan, Pakistan. **Journal of the Saudi Society of Agricultural Sciences**. v.18, n. 2, p. 188-194, 2019. DOI: 10.1016/j.jssas.2017.05.001.

BRAGA, A.C.R.; FUTEMMA, C. Pluralidade da assistência técnica e extensão rural pública, privada e de organizações da sociedade civil. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 9, n. 2, p. 1-22, 2015.

CASTRO, C. N. de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, IPEA, 2015.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DIAS, M. M.; FROEHLICH, J. M. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 597 - 634, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-5>.

FAO/MDA. **Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil**. Brasília, julho de 2003. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/857914/mod\\_resource/content/0/Relatorio\\_Nacional\\_Perfil\\_das\\_Institui%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_Assist%C3%Aancia\\_T%C3%A9cnica\\_e\\_Extens%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/857914/mod_resource/content/0/Relatorio_Nacional_Perfil_das_Institui%C3%A7%C3%B5es_de_Assist%C3%Aancia_T%C3%A9cnica_e_Extens%C3%A3o.pdf). Acesso em: 11 ago. 2021.

FEIX, R. D. ; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK, C. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul — 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201709/04134710-painel-do-agronegocio-do-rio-grande-do-sul-2017.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

GOMES, I. N. de. **Os efeitos da concessão de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Canguçu/RS**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 14 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JOHNSTON, F. L.; SANTANA, A.S. de; SANTOS, G.R. dos. Produção Agropecuária e Cooperativismo na Região Sul do Brasil. Destaques dos dados do Censo Agropecuário de 2017. **boletim regional, urbano e ambiental, IPEA | 23 | Edição Especial Agricultura 2020**.

KIELING, R. I.; DEPONTI, C. M.; DRUMM, E. Produção Orgânica como Resistência ao Modelo Agrícola Convencional: Breve Reflexão sobre o Projeto Ater Agroecologia no Município de Cândido Godói (RS). **Revista Pleiade**, v. 10, n. 19, p. 31-43, 2016.

LISBOA, R. da S.; DIESEL, V.; SILVEIRA, L.B. da; FRIEDRICH, G.; HAAS, J.; MENDONZA, B.S.; MORAES, C. EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL Evidências de Configuração Institucional Pluralista? *In*: DIESEL, V.; NEUMANN, P.S.; SÁ, V.C. de. **Extensão Rural no contexto do pluralismo institucional. Reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos de Reforma Agrária no RS**. Ijuí. Ed. Unijuí, p. 352, 2012.

NETTLE, R.; MORTON, J. M.; MCDONALD, N.; SURYANA, M.; BIRCH, D.; NYENGO, K.; REICHEL, N. Factors associated with farmers' use of fee-for-service advisors in a privatized agricultural extension system. **Land Use Policy**. Volume 104, May 2021, 105360. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105360>.

OLALDE, A.R.; HAAS, J.M. Estrutura agrária e desenvolvimento humano: uma análise comparativa das mesorregiões Sudoeste e Noroeste do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v. 37, n. 4, p. 975-1004, 2017.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Brasília: **Núcleo de Estudos e pesquisas do Senado**. p. 1-50, 2008.

PEIXOTO, M. Financiamento da assistência técnica e extensão rural: análise dos marcos legais, de políticas públicas transversais e proposições. **Emancipação**, v. 22, p. 7, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2220508.001>.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do censo agropecuário de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Ipea, 2020.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Modernização agrícola no Rio Grande do Sul: um estudo nos municípios e mesorregiões. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 128, p. 167-182, 2015.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2009, 300f.

ROCHA JUNIOR, A. B.; SILVA, R. O. da; PETERLE NETO, W.; RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. v.58, n.2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.194371>.

SILVA, N. P. da. **A utilização dos programas TABWIN e TABNET como ferramentas de apoio à disseminação das informações em saúde**. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Comunicação em Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009, 98f.

SILVA, A. da; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. de. A agricultura familiar nos dados do censo agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu "tamanho" e perfil entre os três estados do sul. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 7-37, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3904>

TOMAZZONI, G. C.; SCHNEIDER, S. A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd-Desenvolvimento Regional Em Debate**, v. 12, p. 65-88, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3901>

VARGAS, D. L. de; AQUINO, J.R. de; CARVALHO, C. X. de. Assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar no Nordeste: panorama, desempenho recente e desafios. **Emancipação**, v. 22, p. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2220507.005>.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/PGDR, 2008.

WORDOFA, M.G. Are farmers in Ethiopia ready to embrace cost-sharing agricultural extension approach? **International Journal of Social Economics**. v. 46, n. 9, p. 1119-1134<sup>[A2]</sup>, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSE-04-2019-0278>

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

### 1 - Simone Bueno Camara

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural- Universidade Federal de Santa Maria-UFSM-RS.

<https://orcid.org/0000-0002-5303-1578> • [simonebuenocamara@gmail.com](mailto:simonebuenocamara@gmail.com)

Contribuição: Conceituação, Curadoria dos dados, Análise formal, Validação, Visualização, Escrita -revisão e edição.

### 2 - Mariele Boscardin

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria - RS.

<https://orcid.org/0000-0002-3308-4189> • [marieleboscardin@hotmail.com](mailto:marieleboscardin@hotmail.com)

Contribuição: Conceituação, Curadoria dos dados, Análise formal, Validação, Visualização, Escrita -revisão e edição.

### 3 - Alisson Vicente Zarnott

Professor Doutor no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural- Universidade Federal de Santa Maria-UFSM/RS.

<https://orcid.org/0000-0002-2774-7505>• [alisson.zarnott@gmail.com](mailto:alisson.zarnott@gmail.com)

Contribuição: Escrita -revisão e edição, Supervisão.

## Como citar este artigo

CAMARA, S. B; BOSCARDIN, M; ZARNTOTT, A., V. Configuração da orientação técnica no estado do Rio Grande do Sul: um comparativo dos censos de 2006 e 2017. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 30, e70699, p.1-23, 2023. DOI 10.5902/2318179670699. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179670699>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.